



OS DISPOSITIVOS DE ACOLHIMENTO COMO ESTRATÉGIAS POTENCIALIZADORAS DA FORMAÇÃO DAS ENGENHARIAS EM INTERFACE COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

DOI: 10.37702/2175-957X.COBIENGE.2025.6089

Autores: ANNA LUCIA MIRANDA COSTA, SHEILLA NADÍRIA RODRIGUES ROCHA, EMILIA RAHNEMAY KOHLMAN RABBANI, MARIA LUIZA CAVALCANTI DE ANDRADE ALBERTINS

Resumo: O presente artigo consiste em uma análise holística sobre os dispositivos de acolhimento para o ensino de engenharia, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2019) e suas interfaces com a Política Nacional de Assistência Estudantil (2024). Trata-se de um estudo bibliográfico e documental sobre o tema.

Palavras-chave: acolhimento, ensino de engenharia, assistência.

OS DISPOSITIVOS DE ACOLHIMENTO COMO ESTRATÉGIAS POTENCIALIZADORAS DA FORMAÇÃO DAS ENGENHARIAS EM INTERFACE COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE.

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste artigo são os dispositivos de acolhimento e/ou os núcleos psicossociais, pedagógicos e inclusivos para os estudantes de graduação em engenharia como estratégia que pode potencializar a formação profissional e acadêmica. Isto conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) das engenharias (2019) e em conjunto à política nacional de assistência estudantil (2024). Justifica-se tal temática de estudo pela necessária reflexão sobre as incidências de variáveis objetivas e subjetivas que desafiam o atual processo formativo da graduação em engenharias.

Variáveis não apenas condicionadas às questões de manutenção material (renda) dos estudantes, mas que dizem respeito à saúde mental, bem como, ao efetivo reconhecimento aos casos de altas habilidades e superdotação mediante metodologias ativas de ensino. Estes elementos não sendo observados devidamente nas suas manifestações iniciais podem gerar inúmeros obstáculos pedagógicos à formação dos estudantes de graduação em engenharia: elevada evasão de curso, retenção nos períodos do ciclo básico com altos graus de reprovações, diminuição no número de egressos, dificuldades de aplicação das novas Diretrizes Curriculares de Ensino de Engenharia – DCNs, (2019).

Os dispositivos de acolhimento, aqui compreendidos como espaços físicos coordenados por uma equipe multidisciplinar (psicólogos, pedagogos, assistentes sociais), devem se constituir enquanto espaços inclusivos nos cursos de engenharia, disponíveis ao atendimento individual ou coletivo, de escuta pedagógica e encaminhamentos às redes públicas/privadas de apoio de saúde mental, bem como, de criação de projetos (extensão, ensino e pesquisa) que sirvam para melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes.

A rede de acolhimento deste dispositivo não estará voltada, apenas, às alternativas que possam minorar os problemas com a evasão acadêmica. Mas, para definição de estratégias de novos arranjos de aprendizagem a partir da pedagogia ativa. Neste sentido, os espaços de acolhimento nos cursos de engenharia vão além das constatações das situações de entraves e segue para as alternativas pedagógicas de fortalecimento do estudante no ambiente universitário através do apoio psicossocial, que enxergue o estudante integralmente, possuindo uma visão holística.

Desta forma, a escolha do caminho teórico-metodológico do presente estudo foi embasada na visão holística ou de totalidade defendida nas Diretrizes Nacionais Curriculares das Engenharias (DCNs) de 2019. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico (sobretudo, entre os artigos dos Congressos Brasileiros de Ensino das Engenharias – COBENGE, os mais recentes) e documental (legislações pertinentes ao tema). A constituição do artigo segue uma linha de raciocínio que inicia com a análise do contexto social e ambiental contemporâneo – este, estabelece a fundação para as relações entre assistência estudantil e as DCNs de dos cursos de engenharia. Busca demonstrar analiticamente que os dispositivos de acolhimento são estratégias de inclusão democrática e pedagógica para a formação dos engenheiros, através do relato sobre o pioneirismo da Escola Politécnica de Pernambuco – POLI, da Universidade de

Pernambuco (UPE). Por fim, em considerações finais, retorna ao ponto de partida do estudo. A intencionalidade é entender este objeto enriquecido por novos olhares analíticos ressaltando a importância dos dispositivos de acolhimento como estratégicas imprescindíveis para a formação profissional e acadêmica das engenharias de modo qualificado, humanizado e que vislumbre um futuro civilizatório.

2 OS CONTEXTOS SOCIAL E AMBIENTAL CONTEMPORÂNEOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIAS

A dinâmica da vida humana contemporânea é movimentada freneticamente por alterações sociais, políticas, econômicas, comportamentais, afetivas, valorativas, assim como, nas maneiras de como a humanidade interfere no meio ambiente. Tais alterações, vistas a partir de uma perspectiva de totalidade ou holística, imprimem modificações profundas nos modos objetivos (materiais) e subjetivos de construir a sociedade, mesmo considerando as particularidades de cada região ou país.

A partir do desenvolvimento histórico das várias formas de sociabilidade, as diferenças no mundo capitalista são ultrapassadas economicamente pela globalização. Tal fenômeno societário é estudado em detalhes por Brym *et al.*, (2006) e de acordo com o livro deste autor, largo processo de tecnificação da produção de mercadorias, das trocas e do modo de viver podem ser observados ao longo das décadas de 1980 para 1990 em diante. Constatase o processo da Indústria 4.0, ou a quarta revolução industrial. Os avanços da informática, da robótica e da automação são os elementos que revestem o século XXI como uma nova era de inimagináveis feitos para a humanidade. Isto, do ponto de vista das comunicações e das novas formas de fazer ciência.

As indústrias, até o início do século XX, forjadas de modo rígido de produção passam agora a ser “flexíveis” por estarem direcionando o que produzem de acordo com a demanda dessas mercadorias na sociedade. Isto evita crise de mercados e de superprodução mundial. A produção industrial do século passado era regida por organização mais estável de empregabilidade devido aos direitos trabalhistas conquistados. Hoje, vive-se a era do desemprego estrutural, onde as formas de gerenciamento/controle do trabalho devem ser flexíveis quanto ao direito do trabalho e exigindo “polivalência” nas funções produtivas. No âmbito da empregabilidade, há mais espaço para informalidade.

O avanço do uso das novas tecnologias da informação, dos computadores e do maquinário em geral ultrapassa o chão da fábrica e invade as esferas dos serviços e das trocas comerciais/financeiras. As plataformas de serviços online, como os aplicativos de delivery e de transportes de pessoas e cargas não podem mais ser excluídos da vida cotidiana. Os serviços de entrega de alimentos *fast food*, as compras de mercadorias via e-commerce fazem parte do que é humano em todos os cantos do planeta, gerando uma empregabilidade centrada na flexibilização do trabalho, como o empreendedorismo. A rapidez da flexibilidade produtiva e comercial se ampliam no processo de obsolescência programada. Os produtos têm uma validade de consumo breve para serem novamente repostos pela população. A questão do aproveitamento dos dejetos industriais, dos resíduos sólidos e do lixo passa a ter uma importância diante dos desequilíbrios ambientais, como será visto mais à frente neste estudo.

Neste caminho, as relações entre estados nacionais passam a ser geridas por uma “transnacionalidade” de cunho político-financeiro gerando novos padrões na geopolítica globalizada. Ampliando esta tendência, recentemente observou-se guerras de tarifas

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



15 a 18 DE SETEMBRO DE 2025
CAMPINAS - SP

comerciais e financeiras entre grandes potências ocidentais e orientais. Isto, impele os países a estabelecerem alianças onde antes havia interesses econômicos antagônicos. E, assim, outros novos conflitos financeiros e/ou alianças são estabelecidos mudando rapidamente a configuração de poder entre as grandes potências capitalistas. Fato que não ocorreria no mundo sem globalização e avanço tecnológico. Assim, as articulações financeiras mundiais são favorecidas pelo neoliberalismo que passa a ser a estratégia político-econômica dos estados nacionais capitalistas com a globalização. Neste, o estado nacional passa a ter funções prioritárias de estímulo ao crescimento/fortalecimento do mercado e menos regulação no campo social, através da restrição de políticas públicas.

Em um outro aspecto das transformações societárias recentes, a cultura e a arte, de um modo geral, rendem-se ao uso de ferramentas virtuais, como a inteligência artificial. O virtual passa a ser o campo da socialização “urgente” das informações, conhecimentos e das representações estéticas sobre a vida social. O significado (signo) das coisas torna-se real e toma forma concreta. As subjetividades também são alcançadas por todas as mudanças acima assinaladas. Os “amores líquidos” de Baumam (2004) e a satisfação dos *likes*, de acordo com Byung Chul Han (2023) passam a condicionar as escolhas nos relacionamentos afetivos via redes sociais, espelhando o consumo de bens materiais e serviços. Outros modos de sentir e de ser são proliferados e condicionados por algoritmos pela internet. As pessoas são “escaneadas” em suas escolhas e gostos e, assim, há a criação de padrões virtuais dos hábitos de compras das pessoas ampliando as trocas comerciais através de nichos de consumo.

Há uma explosão de diversidades nos modos de existência e, ao mesmo tempo, uma tendência à sincronização das mesmas pelas diretrizes do mercado. As várias culturas podem-se expressar em meio ao oceano de padronização social capitalista: valorização exacerbada do consumismo e do individualismo. Tudo passa a ser fluido e evapora-se no ar nas relações humanas. Grupos sociais minoritários em suas diferenças, tais como: idade, gênero, sexo, etnia, raça, renda, dentre outras, encontram mais possibilidade de expressão em um mundo regido pelo avanço do conhecimento e da informação, porém, não deixam de ser atingidos pela sociedade do consumo que reproduz os valores da mercadoria, da troca. Ainda que subjetivamente, os relacionamentos humanos em suas novas diversidades são modificados a ponto de estabelecerem-se efetivamente através das mídias ou plataformas virtuais. Desta forma, a atomização ou fragmentação da individualidade são extremamente valorizadas neste contexto contemporâneo. Os comportamentos são permeados por programas de computadores e aplicativos dos celulares.

Da mesma maneira, a relação dos seres humanos com o meio ambiente foi impactada pelas transformações produtivas, sociais, políticas, econômicas, simbólicas e culturais assinaladas. Estas modificações incidem sobre as demandas e necessidades da vida social que impulsionam, por conseguinte, às novas formas de atendimento pela divisão social do trabalho. Ou seja, as várias profissões, sobretudo, as que interferem diretamente sobre a natureza, como as engenharias desenvolvem novas funcionalidades sobre o que demanda a sociedade e necessitam os seres humanos.

O uso indiscriminado de combustíveis fósseis e energias não renováveis produzem uma crise climática de grandes proporções, apesar de todos os alertas da ciência. Toda terra em sua biodiversidade animal e vegetal, assim como a existência geológica e mineral, estão sendo ameaçados pelo aumento da temperatura, poluição do ar e das águas, degelo de calotas polares, aumento do nível dos oceanos, o não aproveitamento dos dejetos industriais e lixo urbano, a falta de maneiras criativas de sustentabilidade e de responsabilidade ambiental. O fluxo de transportes e a complexa constituição das cidades são impactadas por estes fatores. A previsibilidade dos problemas ambientais não evitou

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



15 a 18 DE SETEMBRO DE 2025
CAMPINAS - SP

as tragédias climáticas que estão sendo vividas com mais e mais frequência. A relação humana com a natureza é de desgaste. Os profissionais que lidam diretamente com estas alterações na natureza têm, atualmente, que se preocupar em como interagir sem afetar o meio ambiente. Em Antunes (2022), a pandemia de COVID-19 que afeta pessoas em todos os continentes, é uma demonstração de que o uso dos recursos naturais e humanos não estão sob controle na ordem global capitalista. Muitas mortes e sequelas até hoje sentidas pelas populações são investigadas pela ciência revelando que ainda o mundo terá que dirimir muitos traumas individuais e coletivos.

O uso avançado de tecnologia e a rapidez dos processos de informação são a característica definidora da sociedade contemporânea. Não podem ser vistos como causadores de transformações societárias negativas. Pelo contrário, apesar do que foi exposto, as mudanças vividas no século XXI respondem às necessidades e demandas sociais mais sofisticadas e complexas. Os avanços expostos até aqui, em si não causam mal à humanidade. Mas, a forma irrefletida de suas consequências, o alcance desigual de seus resultados para os vários grupos sociais (ampliando as vulnerabilidades em sociedade) e modo incontrolável de uso podem criar problemas. As arestas criadas entre as pessoas na sociedade capitalista são tão grandes quanto os seus avanços.

Após a pandemia de COVID-19, os adoecimentos mentais (Síndrome de Burnout, depressão, ansiedade, síndrome do pânico) atingiram graus altos dificultando o exercício do viver em coletividade, sobretudo, no campo do trabalho. Ainda de acordo com o filósofo sul coreano Byung Chul Han (2023), há uma relação intrínseca desses adoecimentos com a forma de produção. As arestas criadas entre as pessoas na sociedade capitalista são tão grandes quanto os seus avanços.

Os limites de sobrevivência na sociedade atual estão sendo postos em xeque a todo momento de acordo com filósofo húngaro István Mészáros (2002). A desumanização caminha lado a lado com o crescimento material. Aos profissionais do futuro será exigido um caminho que equilibre as ambiguidades e contradições da vida social. Atuar de modo humanizado, ético, a partir de uma visão holística com práticas multidisciplinares de interferência/modificação do meio ambiente e das populações. O agir racional e de maneira limpa e sustentável. Neste contexto, são traçados desafios e possibilidades para os futuros engenheiros.

3 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE ENGENHARIA (2019) E SUA INTERFACE COM A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE (2010)

Seguindo o raciocínio acima, as transformações societárias são o fundamento histórico que dão impulso às mudanças nos perfis profissionais. As demandas e necessidades humanas rapidamente tornam-se diferentes e mais complexas as formas de atendê-las. As relações práticas e subjetivas com a natureza e com as outras pessoas passam a exigir novos conhecimentos, habilidades e competências capazes de responder aos aperfeiçoamentos e/ou de maiores dificuldades. E, desta maneira, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de engenharia seguem novas tendências de formação profissional e acadêmica.

As DCNs de engenharia foram institucionalizadas pelo MEC em 2019 e postas em prática amplamente a partir de 2023. Sua promulgação remonta a fase de pandemia em que o isolamento e as medidas de segurança contra o vírus de COVID-19 foram aplicados pelas instituições do país, assim como, as universidades. O uso de ferramentas digitais foi imprescindível para que não houvesse a parada completa dos cursos de graduação.

Novos parâmetros são instituídos pelas DCNs de 2019 para o ensino, a pesquisa e a extensão em engenharia. Alguns deles são: 1. a busca por uma visão holística da formação profissional e acadêmica, onde a relação com o mundo contemporâneo e seus desafios são postos em sua totalidade, não mais de maneira atomizada ou fragmentada, mas de modo funcional e relacional; 2. As capacidades e habilidades em aprender, aplicar e lidar com as ininterruptas atualizações técnico-científicas sem esquecer a defesa da humanização do progresso civilizatório; 3. Ética sustentável e de responsabilidade social nas relações entre seres humanos e natureza, assim como, respeito às diversidades culturais entre os povos; 4. “Aprender a aprender” uma prática profissional multidisciplinar e transdisciplinar diante dos novos desafios e possibilidades do mundo; 5. Vislumbrar mercados e trocas de modo autônomo, empreendedor, hábil em superar os desafios da realidade de maneira criativa; 6. A utilização de metodologias pedagógicas ativas, centradas no desenvolvimento dos/das discentes, em função de maior integração entre os ensinamentos em sala de aula e as demandas do mercado de trabalho; 7. A flexibilização da malha curricular para que haja maior desempenho dos estudantes; 8. A formação continuada dos docentes na busca por adequação dos novos fundamentos pedagógicos; 9. O uso de dispositivos de acolhimento aos estudantes para que os mesmos tenham mais apoio psicopedagógico durante o curso e possam permanecer no processo formativo sem evasão ou retenção, dentre outras inovações.

Não se tem neste estudo a possibilidade de avançar em cada uma dessas novas direções curriculares, dentre outras que estão na legislação, nem esgotar as suas várias implicações reflexivas e práticas. Apesar de todos os desafios para efetiva concretização das novas habilidades e competências das DCNs de engenharia (2019), a que chama atenção é a preocupação com o aprendizado ativo e acolhedor. Inicialmente, a utilização de metodologias ativas e de dispositivos de acolhimento é direcionada na legislação em análise para diminuir a evasão e a retenção de estudantes. Porém, na estrutura do artigo sétimo, do capítulo terceiro das DCNs de engenharia (2019) que trata da organização dos cursos de engenharia:

Art. 7º Com base no perfil dos seus ingressantes, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve prever os sistemas de acolhimento e nivelamento, visando à diminuição da retenção e da evasão, ao considerar:

- I - as necessidades de conhecimentos básicos que são pré-requisitos para o ingresso nas atividades do curso de graduação em Engenharia;
- II – a preparação pedagógica e psicopedagógica para o acompanhamento das atividades do curso de graduação em Engenharia; e
- III – a orientação para o ingressante, visando melhorar as suas condições de permanência no ambiente da educação superior.

Neste artigo sétimo, está o ponto de transversalidade das DCNs (2019) de engenharia com a política setorial de assistência ao estudante (2024). A preocupação em criar dispositivos ou núcleos de inclusão para os estudantes de engenharia amplia muito as diretrizes de formação profissional. Torna esta formação mais democrática, qualificada e inclusiva. Inicialmente voltado para os desafios da evasão e da retenção, as diretrizes curriculares organizam o curso de engenharia criando espaços de apoio à permanência do estudante ingressante de engenharia. Tal apoio pedagógico e psicossocial é importante para a permanência, na academia, do futuro engenheiro diante das transformações do mundo delineadas anteriormente.

Porém, são inúmeros os fatores que podem levar à evasão e à retenção nos primeiros períodos do curso. Além das questões puramente acadêmicas como necessidade de criação de cursos de nívelamento de conteúdo para os discentes

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



15 a 18 DE SETEMBRO DE 2025
CAMPINAS - SP

repetentes, há questões materiais (baixa renda), condições neurobiológicas e de aprendizagem diferenciadas (altas habilidades e superdotação; autismo; transtorno do déficit de atenção ou TDH, dentre outras); adoecimentos mentais (depressão, ansiedade, síndrome do pânico) que podem ser contempladas pelas ações dos dispositivos de acolhimento. Há uma variedade de sentidos existenciais entre os estudantes neste mundo contemporâneo. Pensar em situações de atendimento que levem em consideração atenção, apoio, acolhimento, orientação significa interagir com expectativas e afetos. Interagir de modo objetivo e subjetivo com os problemas educacionais para além das formas institucionais tradicionalmente burocráticas.

A assistência ao estudante universitário no Brasil teve incomparáveis avanços. Ao longo da história da educação superior, algumas ações de apoio aos estudantes universitários como alimentação e moradia eram realizadas de modo fragmentado e com um teor de filantropia. A partir da Constituição Federal de 1988, mas, sobretudo após as articulações das entidades representativas da sociedade civil via Fóruns e movimentos sociais (FONAPRACE – Fórum de Pró-Reitores Comunitários e Estudantis, movimento estudantil - União Nacional dos Estudantes e União Brasileira de Estudantes Secundaristas) a questão da assistência ao estudante em um país desigual como o Brasil, foi considerada elemento central para o acesso e a permanência ao ensino superior público. Após várias versões de assistência estudantil fragmentadas e descontínuas em algumas instituições de ensino superior, a década de 1990 trouxe reflexões mais profundas sobre direito à assistência social enquanto política de segurança social. Foi promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

A LOAS rompe com os significados clientelistas e assistencialistas e faz com que a assistência social seja um direito do cidadão e um dever do estado. Posteriormente, foi sancionada a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que modifica a LOAS e cria o Sistema Único de Assistência Social, forjando as redes de atenção básica e especial de atendimento aos cidadãos que precisam da assistência. Um avanço civilizatório imenso para a sociedade brasileira envolta em preconceitos arraigados no conservadorismo político-social derivados de um processo de colonização atrasada, exploratória e escravagista. Hoje a assistência social é política social em tripé com a saúde e a segurança social.

Tais avanços tornam ainda mais fecundos os debates sobre a necessidade de uma política social de assistência ao estudante universitário. As desigualdades sociais se refletem no espaço acadêmico e dificultam o acesso e a permanência na universidade. Assim, a política de assistência estudantil (PNAS) é uma política setorial transversal à política de ensino superior no sentido da obtenção do direito à educação universitária. Dada a constatação desta importância, a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 é promulgada:

1º Fica instituída a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos.

Ressalta-se que há muita convergência entre as duas legislações aqui analisadas: as DCNs de engenharia (2019) e a PNAS de 2024. Observa-se abaixo a citação dos objetivos da Política Nacional de Assistência ao Estudante, em seu artigo segundo, a centralidade na democratização do ensino superior via condições mais igualitárias de acesso e permanência do estudante. O que é um desafio, mas também, um avanço

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



15 a 18 DE SETEMBRO DE 2025
CAMPINAS - SP

civilizatório. O ensino superior tem como seu principal fundamento a formação de pessoas. Pessoas que possam estudar e formarem-se profissionais com dignidade. A mesma centralidade no aprendizado ao estudante que se verifica nas DCNs de engenharia (2019), pode ser entendida no artigo segundo da PNAS (2024), sobretudo nos itens de I a IV:

Art. 2º São objetivos da PNAES:

- I - Democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos;
- III - reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal;
- IV - contribuir para a promoção da melhoria de desempenho acadêmico, de inclusão social pela educação e de diplomação dos estudantes; (...).

Neste artigo, segundo da PNAS (2024), a criação de mecanismos institucionais que favoreçam o acesso e a permanência do estudante no espaço universitário qualifica a formação profissional e acadêmica. Fortifica as atividades de ensino, pesquisa e extensão; garante que haja diminuição de retenção e evasão; constrói programas de atenção ao estudante como restaurantes universitários, moradias estudantis, bolsas permanência, creche, ações afirmativas e inclusivas. A democratização do espaço público da universidade brasileira passa pela operacionalização de uma política de assistência estudantil de qualidade.

Considera-se que o egresso do curso de engenharia obteve uma melhor qualificação quando teve o apoio formativo de núcleos (dispositivos) psicopedagógicos e inclusivos. O estudante de engenharia torna-se o profissional capaz de agir de maneira humanizada, ética, qualificado no uso/manejo das novas tecnologias, com responsabilidade social e ambiental, sabendo interagir e gerir equipes multidisciplinares de engenharia respondendo às demandas do mercado. Assim, é necessário ampliar os debates sobre a relação de interface entre a assistência ao estudante e as DCNs de engenharia em prol de uma formação que venha contribuir para além dos desafios do mundo contemporâneo.

4 OS DISPOSITIVOS DE ACOLHIMENTO COMO ESTRATÉGIA INCLUSIVO-PEDAGÓGICA PARA O DIREITO AO ACESSO/PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DE ENGENHARIA: O PIONEIRISMO DA ESCOLA POLITÉCNICA DE PERNAMBUCO - POLI/ UPE

Como já ressaltado em parágrafos anteriores, a Resolução Nº.02/2019 que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia determina em seu Capítulo III – Da Organização do Curso de Graduação em Engenharia – que seja incluído nos projetos pedagógicos de cursos “(...) sistemas de acolhimento e nivelamento, visando à diminuição da retenção e da evasão (...)” (BRASIL, 2019). Ainda que centrando sua atenção nas estratégias de redução da retenção e da evasão, não se pode desconsiderar a chamada pela instalação de dispositivos de acolhimento a partir da identificação do perfil do ingressante. Essa orientação legal representa um avanço em direção a uma educação pautada na formação integral/holística do estudante. Desde um olhar pedagógico, a respectiva recomendação resgata temáticas há muito discutidas

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



15 a 18 DE SETEMBRO DE 2025
CAMPINAS - SP

entre os profissionais (psicólogos e pedagogos, precisamente) que atuam junto aos jovens que se encontram no período de transição entre o Ensino Médio e o Superior.

A literatura consultada e relacionada a estes estudos destaca, em princípio, as singularidades que caracterizam um público constituído em sua maioria por jovens entre 16 e 25 anos. Psicólogos especialistas em Desenvolvimento Humano apontam que nesta fase, eles estão sob a influência da ambivalência dos pais, que hora os percebem dependentes e imaturos, hora exigem uma autonomia e conduta madura, mais adulta. Estes conflitos permeiam o momento da escolha profissional e influenciam na decisão e, consequentemente, no desempenho do jovem nas primeiras experiências na universidade. Diante do reconhecimento das demandas provenientes dos desafios enfrentados no processo de inserção no novo contexto acadêmico e, ainda, da possibilidade de poder auxiliar na superação dos desafios que envolvem os discentes e docentes da instituição, a Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco institui o Núcleo de Apoio Psicopedagógico Inclusivo (NAPSI) através da Resolução Nº 002/2012 em 15 de junho de 2012.

O NAPSI é um órgão de apoio acadêmico previsto pelo Projeto Político Institucional da Escola Politécnica de Pernambuco. Vincula-se à Coordenação Setorial de Graduação da Instituição colocando-se à serviço da excelência acadêmica mediando a formação plena de professores(as), servidores(as) e estudantes. Constitui-se ainda de estratégia de intermediação e diálogo interpessoal e tem por finalidade contribuir para a humanização das relações entre estudantes, professores e servidores, com vistas ao bom desempenho das atividades profissionais e acadêmicas.

A partir do compromisso de acolher os estudantes, identificar lacunas e promover mecanismos de melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, o NAPSI estabelece como objetivos: 1.Acolher os estudantes ingressantes por processo seletivo ou por transferência, viabilizando sua integração e inclusão ao meio acadêmico; 2.Identificar e minimizar as lacunas que os estudantes trazem de sua formação anterior, promovendo mecanismos de nivelamento e formação, oferecendo condições para aprendizagens significativas na Educação Superior 3.Orientar os(as) estudantes com problemas específicos de aprendizagem ou de outra natureza com apoio de profissionais especializados; 4.Investir nas potencialidades e disponibilidades evidenciadas pelos estudantes, através do estímulo à canalização desse diferencial em monitorias de ensino ou encaminhamento para bolsas acadêmicas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, perante o Art. 5º da Resolução nº 002/2012 (NAPSI, 2012). Diante desses compromissos, o NAPSI desenvolve e auxilia ações, práticas e projetos pedagógicos subsidiados em diretrizes inclusivas como, por exemplo: Festival de Música (POLIFONIA); Fóruns de Empregabilidade; Formação Pedagógica Docente; e o Projeto Padrinhos nas suas versões interna, externa e internacional.

Sem perder seu caráter inclusivo, o NAPSI sempre estimulou o protagonismo estudantil e o Projeto Padrinhos é exemplo disso. Surgiu das ideias de um grupo de estudantes de engenharia de computação da POLI/UPE (em junho de 2012), ansiosos por oferecer aos ingressantes do curso, ações de acolhimento através do ‘apadrinhamento’ individual. Seu principal objetivo é o de promover uma efetiva adaptação do(a) estudante ingressante ao cotidiano acadêmico universitário, na perspectiva de amenizar o impacto resultante da chegada ao novo contexto.

Constituído por uma equipe multidisciplinar (pedagoga e assistente social), o NAPSI consolida-se enquanto dispositivo de acolhimento, direcionando suas ações aos estudantes, professores e coordenadores de cursos sem perder de vista seu compromisso com a promoção de ações que contribua com o efetivo desempenho

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



15 a 18 DE SETEMBRO DE 2025
CAMPINAS - SP

acadêmico dos estudantes, contribuído assim, por consequência com a sua permanência na universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises postas, é possível voltar o olhar para o objeto de estudo do presente artigo, de modo que suas expressões mais evidentes tornam-se mais complexas, ricas em detalhes e complexidade. A visão holística busca progressivamente aproximar-se da totalidade dos fenômenos do mundo de maneira que não haja fragmentos e, sim, um todo rico em particularidades. Assim, ao longo deste estudo, fez-se a aproximação a alguns elementos enriquecedores do estudo sobre os dispositivos de acolhimento aos estudantes de graduação em engenharia. Não se tem a intenção de detalhar tais elementos nesta oportunidade.

Muitos aprofundamentos através de pesquisas podem ser e precisam ser realizados sobre o acolhimento de estudantes e assistência estudantil. O pioneirismo do NAPSI/ POLI/UPE acima destacado é um dos exemplos que corrobora com a eficácia concreta das Direções Curriculares Nacionais para graduação nas engenharias (2019). Uma ação pedagógica humanizadora e capaz de fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão na referida área.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 26 Abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 26 Abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 26 Abr. 2025.

BRYM, Robert J. et al. **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 10 ed. Belo Horizonte: Âyné, 2023.

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Educação em Engenharia



15 a 18 DE SETEMBRO DE 2025
CAMPINAS - SP

ORGANIZAÇÃO



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

SUPPORT DEVICES AS STRATEGIES TO ENHANCE ENGINEERING TRAINING IN INTERFACE WITH STUDENT ASSISTANCE POLICY

Abstract: This article consists of a holistic analysis of the reception devices for engineering education, based on the National Curricular Guidelines (2019) and their interfaces with the National Student Assistance Policy (2024). It is a bibliographic and documentary study on the subject.

Keywords: Reception, Engineering Education, Assistance.

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Educação em Engenharia

ORGANIZAÇÃO



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

